

Ciência, literatura e política em disputa: o texto e o contexto para a definição de “sertão” na obra de Afrânio Peixoto (1910-1911)¹

Science, literature and politics competin: the text and the context to define “hinterland” in Afrânio Peixoto’s work

Eucléia Gonçalves Santos

Universidade Federal do Paraná

eucleiags@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a atuação intelectual de Afrânio Peixoto (1876-1947) nos quadros do pensamento político e científico da Primeira República, particularmente na primeira década do século XX, a partir da metodologia sugerida por Quentin Skinner acerca do contextualismo linguístico e dos atos de fala. Tomaremos como fonte principal a obra literária *A Esfinge*, escrita em 1911, no intuito de investigar quais eram as intenções e motivações do autor “ao dizer o que disse” por meio da interação “texto/contexto”. Com esta análise metodológica pretendemos identificar o debate científico lançado sobre o sertão brasileiro a partir dos conflitos, embates e polêmicas dos quais Afrânio Peixoto estava tomando parte, considerando que estes enfrentamentos interferiram diretamente na construção do campo científico daquele período.

Palavras-chave: Afrânio Peixoto; Sertão; História; Ciência; Literatura.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the Afrânio Peixoto’s intellectual performance in First Republic political and scientific thought, particularly in the first decade of 20th century, based on the methodology suggested by Quentin Skinner about the linguistic contextualization and the speech acts. In order to investigate which were the author’s intentions and motivations when he says what he had said through interaction between text and context, we will take as main source the book *A Esfinge*, written in 1911. From this methodological analysis, we intend to identify the scientific debate set about the Brazilian hinterland starting on the conflicts, clash and controversies in which Afrânio Peixoto was taking part, considering that these tackling interfered directly on the scientific field construction of that age.

Keywords: Afrânio Peixoto; Hinterland; History; Science; Literature.

Artigo recebido para publicação em: Julho de 2015

Artigo aprovado para publicação em: Novembro de 2015

¹ Esta pesquisa recebe o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (2014-2016).

Introdução

A dinâmica e a constituição do campo intelectual brasileiro sofreram consideráveis mudanças a partir do advento da República. O objetivo de construir um país moderno, atrelado ao compasso do “mundo civilizado”, encontrou possibilidades nas teorias oferecidas pela ciência, por meio da atuação de intelectuais/cientistas. Efeito de um “iluminismo tardio”,² a intelectualidade brasileira se autodefiniu como a redentora da imagem que se tinha do país e se assumiu como responsável por levar a cabo aquilo que se almejava para a formação da nação. Como bem destacou o historiador Nicolau Sevcenko, no início do século XX, jornalistas, literatos, médicos e cientistas desenvolveram a sua atividade intelectual como uma missão política, ou como uma “ação pública”, voltada para a reforma e a transformação efetiva da realidade nacional, como coordenadores do processo de mudança em curso.³ Não é à toa que todos os debates tecidos na passagem do século XIX para o XX esforçaram-se para conferir à ciência e à atividade intelectual maior centralidade no processo de transformação do país, dando legitimidade aos homens de ciência para intervir efetivamente na construção de um Brasil moderno.⁴

Pretendemos, com este artigo, observar, a partir das propostas teóricas de Quentin Skinner, quais os principais debates enfrentados pelo médico e intelectual Afrânio Peixoto (1876-1947) enquanto circulava em espaços políticos e científicos da primeira década do século XX, no Rio de Janeiro. O interesse é reconstituir os “atos de fala” tecidos em uma de suas obras literárias (*A Esfinge*, de 1911) no intuito de responder a questões como: para quem Peixoto escrevia? Com quem dialogava ou quais eram seus interlocutores? Que intenções tinha ao redigir um texto ou um enunciado científico ou literário? Trata-se de levar em conta as considerações acerca da “relação texto/contexto” e das noções de “intencionalidade autoral” propostos por Skinner, para que, ao analisarmos os textos, possamos “dar sentido ao que os seus autores estavam a fazer quando os escreviam”.⁵

Procuraremos mostrar que os discursos tecidos na obra literária de Afrânio Peixoto não estavam isentos do projeto político propagado pelo intelectual e, mais ainda, que estavam atrelados a intensas disputas políticas por espaço, representatividade, legitimidade e reconhecimento público, “constituindo uma intervenção polêmica nos conflitos ideológicos do seu tempo”.⁶ Nesse sentido, e continuando aquilo que Skinner nos orienta, trata-se de “se situar numa posição que nos permita captar que tipo de intervenção o texto constitui e fornecer uma avaliação não meramente do que o autor está dizendo, mas do que ele está fazendo ao propor seus argumentos”.⁷

² SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 14.

³ SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 232.

⁴ HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto M. O imaginário moderno no Brasil. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 9-42.

⁵ SANTOS, Antônio Cesar Almeida. Sobre os métodos históricos. *História Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, n. 55, jul./dez. 2011. p. 249-256, p. 251.

⁶ SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James. (ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 29-67.

⁷ *Ibidem*, 1988. p. 29-67.

⁷ SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 15.

A ciência como chave interpretativa da nação: as práticas intelectuais da Primeira República.

Segundo Dominich Miranda de Sá, na obra *A ciência como Profissão*, a imagem que se queria do país republicano passava pela crença de que a nação deveria ser definida ou forjada a partir de critérios científicos. A tradição de uma cultura fortemente bacharelesca existente entre os intelectuais brasileiros, própria da tradição lusitana, precisava ser vencida porque lembrava o passado colonial. Pode-se dizer, segundo a autora citada, “que a especialização do discurso científico entre nós foi acompanhada pela defesa da ciência como chave interpretativa da cultura brasileira”.⁸ Para os homens de ciência formados na passagem do século XIX para o XX, sobretudo da geração à qual pertencia Afrânio Peixoto, importava a construção de imagens mais reais sobre o Brasil, de intervenções baseadas na razão, na ciência e na técnica. Para isso, era necessário afastar-se da tradição lírica, parnasiana e romântica criada pela geração de intelectuais de meados do século XIX.

Além de recusar a geração de românticos que inventaram uma ideia de Brasil não condizente com a realidade, a geração que presenciou o advento da República precisou também enfrentar as imagens negativas e estereotipadas sobre o Brasil e os brasileiros construídas desde o século XVIII por colonizadores, viajantes e cientistas estrangeiros, sobretudo em relação às mazelas criadas pelo clima tropical e à formação de uma nação mestiça.⁹ Tratava-se de reinterpretar as teorias negativas e de comprovar empiricamente a viabilidade de um país como o Brasil, permitindo a construção de diagnósticos mais otimistas e projetos de intervenção mais eficientes de reforma da sociedade brasileira. Como bem apontou Nísia Trindade de Lima, esta geração de intelectuais deve ser vista como cientistas imbuídos do progresso “mas também intérpretes e construtores da cultura e reformadores sociais, com sua aposta em políticas públicas nas áreas de saúde e educação”.¹⁰ Apontar quem eram os brasileiros, quais as singularidades geográficas da pátria, qual a constituição dos indivíduos e, principalmente, como reverter o quadro que inviabilizava a construção de uma grande nação, moderna, saudável e nos trilhos do progresso foi a “missão civilizadora” mais espinhosa dessa geração composta por intelectuais como Afrânio Peixoto, Edgard Roquette-Pinto, Arthur Neiva, Belisário Pena, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, entre outros.

Nesses moldes, a extensa precariedade institucional, como pontuou Sérgio Miceli, foi “o correlativo lógico tanto da atuação nacionalista dos intelectuais quanto da sua forte ligação com o Estado”,¹¹ ou seja, em vista da carência de instituições que atribuíssem legitimidade necessária para a propagação dos saberes, organizar-se em torno de institutos, academias, agremiações ou, ainda, a partir de periódicos, conferências, comissões e associações era uma maneira não só de conferir confiabilidade àquilo que se produzia mas também um caminho para alcançar abrigo intelectual e político com o poder público. Tratava-se de um grupo que precisava estar atento à construção de sua carreira profissional e de sua sobrevivência econômica e política, que, na maioria das vezes, era conseguida a partir da representatividade pública.¹²

A atuação dos intelectuais representava um aspecto indispensável para o debate público. Neste sentido a presença de temas científicos era bastante comum em jornais e revistas que circulavam na capital

⁸SÁ, Dominichi. *Op. cit.*, 2006. p. 14.

⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

¹⁰ LIMA, Nísia Trindade de. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica na identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan: IUPERJ, UCAM, 1999. p. 23.

¹¹ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 39.

¹² *Idem*, 2001. p. 23 e seguintes.

da República. Ainda segundo Dominichi Miranda de Sá, “a imprensa noticiava as novas descobertas científicas, as viagens dos cientistas para o exterior, a presença de cientistas estrangeiros no país, suas biografias, perfis, obituários e costumava realizar entrevistas e reproduzir as palestras, as aulas e os discursos proferidos nas mais prestigiadas instituições da época”.¹³ Para angariar espaço na imprensa, se fazia necessário estar atuante no campo da ciência, uma vez que o capital simbólico conquistado na qualidade de “homem de ciência” era decisivo para a legitimação de intervenção na arena pública.

Conflitos intensos eram travados por meio da imprensa periódica que, aliás, constituía-se no local privilegiado para esses debates por conta do público mais numeroso e eclético que atingia. Réplicas e trélicas tornavam-se instigantes. Artigos de apoio e de acusação constituíam farto material para um grupo ávido por debates e propostas e, principalmente, todos estavam atentos à possibilidade de reconhecimento da sua atuação pela crítica e pelo público.¹⁴

Nesse cenário, os intelectuais filiados a instituições como Academia Nacional de Medicina (ANM), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Academia Brasileira de Letras (ABL) passaram a indicar o teor das discussões e a participar efetivamente das alternativas para o projeto nacional. A representatividade de uma descoberta ou a possibilidade de criar uma alternativa viável para “os nossos principais males” garantiria a seus descobridores destaques que se alastravam para além do círculo de intelectuais. A elaboração de projetos de leis, a aclamação popular e a possibilidade de angariar fundos para o desenvolvimento do projeto eram atrativos buscados por estes cientistas.

Foi nessa concorrência por espaços públicos e de reconhecimento que, em 1911, Afrânio Peixoto, médico e intelectual extremamente engajado no projeto de redifinição e viabilidade do Brasil, tornou-se membro da ABL. Embora considerada tradicional por grande parte dos intelectuais adeptos da ciência e da especialização, era um espaço almejado por eles e se estabelecia a partir de um “sufrágio concorrido”. Fazer parte daquela instituição proporcionava, já em primeira mão, um longo discurso a ser publicado na primeira página do *Jornal do Comércio* e outros importantes jornais e semanários da época. Além da própria visibilidade e legitimidade intelectual e científica, outras vantagens de ser membro da ABL eram os privilégios de discutir ideias e projetos políticos com um grupo de importantes intelectuais, particularmente ligados às ciências médicas e ao direito, que se tornaram quase a totalidade dos membros na década de 1910. Esperava-se que os membros da ABL possuíssem pelo menos uma obra de reconhecido destaque. Não era exigido, naquele momento, que fosse uma obra literária. “A Academia não hesitava em aceitar a candidatura de grandes notáveis a despeito de toda a reação que provocava dentro e fora da casa. Como via de consagração, institucional e intelectual, era, ao fim, excelente para todos.”¹⁵

Quando Afrânio Peixoto foi eleito membro da ABL, em 1910, não possuía nenhuma obra literária. Como ele próprio destacou em seu discurso de posse, “Fui eleito a crédito”, referindo-se, possivelmente, ao crédito conquistado por sua atuação como médico. Mesmo não sendo um quesito obrigatório para ingressar na ABL, Afrânio fez questão de escrever um romance intitulado *A Esfinge*, livro que lhe daria rápida notoriedade intelectual.

¹³ SÁ, Dominichi Miranda de. *Op. cit.*, 2006. p. 46.

¹⁴ SÁ, Dominichi Miranda de. *Op. cit.*, 2006.

¹⁵ SÁ, Dominichi Miranda de. *Idem*, 2006. p. 29, p. 157.

Seu ingresso na Academia seria por si só um evento importante, uma vez que ocuparia a cadeira de ninguém menos que Euclides da Cunha, um dos nomes mais influentes do período, devido especialmente ao sucesso que fizera com a publicação de *Os Sertões*, lançado em 1902. Em seu discurso de posse, Afrânio Peixoto fez questão de destacar o grande legado deixado por Euclides, além de pontuar a importância que o escritor lhe representava. Demarcando suas singularidades e definindo o lugar que ocuparia, fez questão, ainda, de pontuar as diferenças que os separavam: “Amei-o e admirei-o pela distância de mim, pelo contraste comigo.”¹⁶ Essa “distância” também foi enfatizada por Araripe Júnior que discursou ao receber Afrânio Peixoto na Academia: “Apesar do contraste existente entre dois temperamentos: a do bárbaro genial e a do ateniense tranquilo, é preciso convir que nenhuma sucessão seria mais propícia do que esta – a do espírito dionisíaco pelo apolíneo”.¹⁷ Considerando que no momento em que Peixoto discursou e foi recepcionado por Araripe Júnior, sua obra *A Esfinge* estava em pleno sucesso, as palavras do crítico dirigiram-se para o estilo adotado por Peixoto naquela narrativa, particularmente, pelo contraste entre o sertão de Euclides da Cunha e o sertão de Afrânio Peixoto. Essa antítese parecia apontar para aquilo que o Brasil presenciava e almejava: tratava-se do abandono do sertão marcado pela barbárie para o nascimento das intervenções científicas, tão próprias do modelo de civilização que se almejava.

Muitos anos depois, ao escrever a autobiografia, o médico lembrou sua entrada na ABL da seguinte maneira: “Logo que recebi a notícia de minha eleição e quando soube que sucederia ao grande mestre Euclides da Cunha tratei de fazer jus ao lugar ocupado. Pensei que nada soaria mais consoante com as disposições do que apresentar o sertão. O sertão de minhas memórias”.¹⁸

Trazer o sertão para o debate não era um fato inovador. Aliás, este tema tornou-se constante na obra literária do médico, composta ao todo por sete volumes.¹⁹ Entretanto, naquele momento específico, os temas relacionados ao *sertão* e ao *sertanejo* eram os que mais rendiam debates desde a obra de Euclides da Cunha. Para o campo médico, esse tema estava altamente em destaque em virtude de uma série de viagens científicas realizadas ao interior do Brasil, mas também pela ampla repercussão sobre a descoberta da Doença de Chagas pelo médico Carlos Chagas, realizada no final do ano de 1909, que ficou conhecida como a *Doença dos Sertões*.²⁰

No momento da eleição, Afrânio Peixoto já se destacava como um intelectual importante no campo médico. Segundo Flávio Edler, “desde 1903, quando tomou posse na Academia Nacional de Medicina

¹⁶ PEIXOTO, Afrânio. Discurso de posse. *Op. cit.*, 1911.

¹⁷ JUNIOR, Araripe. Discurso de Recepção do Acadêmico Afrânio Peixoto. Anais da Academia Brasileira de Letras, 1911. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cqilua.exe/sys/start.htm?infolid=8392&sid=191>>. Acesso em: 14 de novembro de 2014.

¹⁸ PEIXOTO, Afrânio. *Memórias*. Arquivo Pessoal Afrânio Peixoto, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro. Páginas Avulsas. Segundo Leonídio Ribeiro, por volta de 1940, foi solicitado a Afrânio Peixoto que escrevesse uma “autobiografia”, trabalho que ele começou, mas não terminou. Na obra de Leonídio Ribeiro foram reunidas várias páginas destes escritos. Recentemente, o Arquivo Afrânio Peixoto da Academia Brasileira de Letras recebeu mais uma quantidade dessa documentação. As passagens citadas neste artigo referem-se a esses escritos.

¹⁹ Afrânio Peixoto escreveu sete obras de caráter literário. Começou com a escrita de *A Esfinge* (1911) com tema centrado entre a cidade e o sertão; *Maria Bonita* (1914); *Fruta do Mato* (1920); *Bugrinha* (1922) e *Sinhazinha* (1929) continuaram as narrativas de caráter regional e de cenários sertanejos. As outras duas obras literárias tiveram seus cenários centrados na cidade do Rio de Janeiro, numa temática mais urbana. São elas: *As razões do Coração* (1925) e *Uma Mulher como as Outras* (1928).

²⁰ KROPF, Simone Petraglia. Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1923). *História, Ciência e Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009. p. 205-227.

(ANM), [Afrânio] demonstrou grande sucesso ao tecer redes de sociabilidade”.²¹ Essas redes lhe proporcionaram tornar-se diretor do Hospital Nacional de Alienados (1905), criar a revista *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Affins* (1906), participar e sair vencedor do concurso para a Cátedra de Medicina Legal e Higiene na FMRJ (1906). Já havia publicado obras e artigos de crescente destaque na área da psiquiatria e da medicina legal. Para Marcos Chor Maio, “já no início dos anos 10, pode-se afirmar que Afrânio era uma figura de destaque no campo da medicina legal. Mas parecia pouco a a quem almejava a consagração”.²²

Nesse sentido, quando Afrânio Peixoto tornou-se membro da ABL e resolveu dedicar-se à escrita de um romance, provocou um amplo interesse por sua obra. Tal fato é comprovado pelo sucesso imediato que o livro alcançou. A primeira edição de mil exemplares esgotou-se rapidamente, sendo impressa uma segunda edição alguns meses depois. É interessante notar que o livro atingia públicos diferentes, desde os pares de Afrânio no campo da ciência até o público mais geral. Neste sentido, a crítica de Souza Bandeira, publicada no *Jornal do Comércio*, em julho de 1911, é reveladora da abrangência desse público. Segundo o crítico, “não há hoje mundana de certo tom que, à hora dos chás elegantes, ou nos intervalos do Municipal, não pergunte num sorriso admiravelmente malicioso “Que me diz d’A *Esfinge*?”²³

Esse “dom” de conquistar um público amplo foi uma das características das obras literárias de Afrânio Peixoto. Flávio Edler nos lembra de que “Seus romances *A Esfinge* (1911) e *Maria Bonita* (1916) foram os de maior tiragem, no período, batendo o recorde alcançado apenas por *Canaã* (1902), de Graça Aranha”.²⁴ As razões, para o sucesso de suas obras, são apontadas por críticos literários como as mais diversas. Entretanto, para este trabalho, dois pontos são fundamentais. Afrânio escreveu um romance de caráter novelesco e trouxe para o debate um aspecto fundamental das preocupações intelectuais e científicas do momento: a realidade sertaneja.

O personagem principal da obra era um sertanejo, nascido no interior da Bahia, na pequena cidade de Amparo, que, em busca de uma vida mais ativa, mais moderna, mais intelectualizada e culturalmente elevada, abandonou sua cidade natal para tornar-se escultor no Rio de Janeiro. A situação do artista era trágica em meio à elite carioca. Ridicularizado inúmeras vezes por não fazer parte de famílias tradicionais da política brasileira, ou por ser demasiado ingênuo, o jovem não encontrava paz entre os jogos políticos, “os chás das cinco”, os fuxicos e as confabulações “sobre o estilo da casaca, as cores da moda ou o formato do chapéu, assunto preferido entre o grupo que se encontrava para as recepções”.²⁵ Tudo ficou ainda mais difícil quando o protagonista apaixonou-se por uma distinta moça, sua prima e filha do Almirante Aguiar, que o rejeitou, escolhendo um “político profissional” que seria indicado para ministro no próximo governo. Desiludido, desencantado, humilhado, motivo de piada e de assuntos infundáveis, Paulo encontrou um único recurso: “amparar-se em Amparo”. Retornar ao sertão que havia doze anos o vira partir.

Na segunda parte da obra, Afrânio Peixoto descreveu o sertão da Bahia. Um local que, se por um lado era esquecido pelos poderes públicos e apresentava diversos problemas de ordem política, por outro,

²¹ EDLER, Flávio Coelho. Afrânio Peixoto: Uma cruzada civilizadora por la nación possible. *Revista Biomedica* (México), v. 23, 2012. p. 119-128, p. 121.

²² MAIO, Marcos Chor. Afrânio Peixoto: Notas sobre uma trajetória médica. *Revista da SBPC*, n. 11, 1994. p. 75-81, p. 77.

²³ BANDEIRA, Souza. Sobre uma obra litterária. *Jornal do Comércio*, 10.07.1911. Recorte avuslo de jornal, disponível no Arquivo Pessoal Afrânio Peixoto, na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, Pasta Hemeroteca.

²⁴ EDLER, Flávio Coelho. *Op. cit.*, p. 123.

²⁵ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge* (1911). *Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora José Aguiar, 1962. p. 36.

possuía paisagens perfeitas, rios caudalosos e, principalmente, era habitado por uma população simples, batalhadora, saudável e bonita. Pode-se perceber, claramente, que a ênfase do sertão descrita por Peixoto estava no aspecto saudável, como característica principal da população sertaneja. Considerando o campo científico daquele contexto, tais afirmativas representavam um contraste marcante entre a descrição de Afrânio Peixoto e os relatórios médicos expedicionários realizados por membros do Instituto Manguinhos, coordenado por Oswaldo Cruz. Consideramos que este contraste é revelador tanto da maneira de se produzir ciência naquele contexto quanto dos conflitos partilhados pelos grupos intelectuais. Vamos a eles.

Dos sertões para a Capital Federal: A trajetória intelectual de Afrânio Peixoto e seus interlocutores

Quando lançou *A Esfinge*, Afrânio Peixoto, como já foi pontuado, havia construído uma sólida figura pública. No entanto, a construção desta trajetória não aconteceu pacificamente. Por diversas passagens, podemos identificar as lutas travadas pelo intelectual para “conquistar seu lugar ao sol”. Podemos inferir, inclusive, que o escritor que discursava entre o grupo de imortais da ABL estava marcado por cicatrizes de lutas travadas anteriormente. “Trilhei meu caminho a facção”, escreveu Peixoto a seu grande amigo Mário de Alencar, em carta de 1910, logo após receber a notícia de que fora eleito para a ABL.²⁶

Médico por formação, Peixoto iniciara sua trajetória profissional na Faculdade de Medicina da Bahia, instituição à qual atribuiu grande parte de suas vitórias na “selvagem” Capital Federal. “Na Bahia aprendi coisas que não se ensinavam na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. *Knock-out* na Faculdade”, escreveu Peixoto em suas memórias, ao relatar o processo do concurso para professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ).²⁷

Essa referência positiva ao seu estado natal era constante nos escritos de Afrânio Peixoto. Referia-se sempre ao sertão baiano que o vira nascer. Fazia questão de lembrar a todos sua origem e de salientar que a província possuía qualidades inexploradas na capital do país. Se, no âmbito público, o intelectual salientava uma importância prevalente à sua origem, no espaço privado era outra a conotação dessa característica. No ano de 1908, em uma das dezenas de cartas recebidas de Mário de Alencar, em resposta a cartas escritas por Peixoto, temos o seguinte conselho: “Querido amigo não se enfastie. A sociedade é cruel com o aquilo que não se assemelha a ela. Não tenhas dúvida que é um mérito ser sertanejo”.²⁸ A carta parece consolar Peixoto de alguma injúria sofrida em decorrência de sua origem sertaneja. A frase “sou um sertanejo exilado no litoral” tornou-se constante nos pronunciamentos do médico, mais especificamente naqueles proferidos nos anos de 1910 e 1920.²⁹ Tal ênfase parece supor que alcançar espaços públicos e

²⁶ Carta de Afrânio Peixoto a Mário de Alencar, 10 de maio de 1910 (rascunho de carta enviada). Cartas disponíveis no Arquivo Afrânio Peixoto, Casa da Memória Afrânio Peixoto, Lençóis, Bahia. Pastas correspondências 1900-1910.

²⁷ A obra *Memórias ou Autobiografia* de Afrânio Peixoto ficou incompleta e nunca foi publicada pelo médico. Por ocasião da sua morte, Leonídio Ribeiro publicou uma biografia em que a viúva de Peixoto cedeu grande parte das memórias, que foram transcritas em longos trechos, por várias partes da biografia. RIBEIRO, Leonídio. *Afrânio Peixoto*. Edições Condé, Rio de Janeiro, 1950. p. 47.

²⁸ Carta de Mário de Alencar a Afrânio Peixoto. 20 de outubro de 1908. Cartas Recebidas. Disponíveis no Arquivo Afrânio Peixoto, Casa da Memória Afrânio Peixoto, Lençóis, Bahia. Pasta Correspondências 1900-1910.

²⁹ Outro ponto que nos parece interessante na construção desta imagem sertaneja, por parte de Afrânio Peixoto, seria a legitimidade que esta identidade lhe conferiria para falar das coisas e dos espaços sertanejos. Em artigo crítico publicado em notas de jornais, foi possível identificar acusações de que Peixoto seria um intelectual de gabinete que, diferente de Euclides da Cunha - que havia sentido na pele as agruras do sertão -, estava protegido em seu escritório, descrevendo coisas que não vivenciava. Neste sentido, as ênfases lançadas a sua origem conferiria, a sua descrição, a legitimidade do conhecimento empírico. Ele falava de coisas que vira, que presenciara, que conhecera. Recortes de

reconhecimento científico nos restritos círculos sociais da capital não era tarefa fácil para os que não possuíam um histórico naquele meio. Aonde quer que fosse, onde quer que estivesse, sua condição de *forasteiro* lhe era lembrada. Para tornar-se conhecido e respeitado era necessário muito mais que capacidade ou boas ideias. Era imprescindível participar de uma “rede de contatos” que proporcionasse o reconhecimento entre os pares.

Essa sociabilidade se configurava nos resquícios do que ocorria no império, ou seja, se dava a partir de redes de clientelas, senhorios ou compadrios, por indicações e por proximidades com o “poder”, numa dinâmica entendida por Sérgio Miceli como um “fazer valer o capital das relações sociais”.³⁰ Assim, as indicações traçavam diversos caminhos. O intelectual estava atrelado ao político, possuindo as duas faces ao mesmo tempo.³¹ Considerando que esta configuração se constituía a partir de interesses bem definidos, e que se mantinha por amizades e contatos, as linhas de ligação eram tênues. Manter-se em diversos círculos, em grupos tão disputados, era o grande desafio. Isso não se dava sem rupturas, desencontros e percalços. Um exemplo desses incidentes aconteceu logo que Peixoto chegou ao Rio de Janeiro e ficou conhecido como “o caso com Oswaldo Cruz”.

Por meio da biografia escrita por Leonídio Ribeiro, que considerava Peixoto um de seus principais mestres intelectuais, sabemos que enquanto cursou medicina na Bahia o intelectual baiano estabeleceu uma sólida rede de amizades. Sua tese de fim de curso, intitulada *Epilepsia e Crime (1897)*, foi orientada por Nina Rodrigues e prefaciada por Juliano Moreira, nomes de reconhecido destaque na área da medicina legal e psiquiatria. Assim que desejou transferir-se para o Rio de Janeiro, recebeu o apoio de Moreira e contou também com amigos de destaque na política baiana. Juliano Moreira que, naquele momento, estava na direção do Hospital Nacional de Alienados, quando soube do desejo de Peixoto pela mudança, escreveu entusiasmado pedindo que o amigo viesse logo: “aqui [a Capital Federal] é uma taba maior, em que os caboclos, espalhados, fazem menos mal uns aos outros; devíamos preferi-la à tabazinha provinciana”.³² Entretanto, não foi essa a sensação de Peixoto logo na sua chegada. Por intermédio das amizades da família Calmon, Peixoto conheceu José Joaquim Seabra que, entre os anos de 1902 e 1906, ocuparia o Ministério da Justiça e Negócios Interiores no governo de Rodrigues Alves. J. J. Seabra, como ficou conhecido, recebeu uma carta do então governador da Bahia, Severino Vieira, em que recomendava o jovem médico aos cuidados do ilustre futuro ministro da República.

Nos escritos autobiográficos, Peixoto fez questão de lembrar-se dessa relação. Assim que chegou à Capital Federal em 1901, seu maior desejo era tornar-se professor da FMRJ. Soubera que em breve haveria o concurso para a cátedra de Medicina Pública, que naquele momento compreendia as disciplinas de higiene e medicina legal. Peixoto hospedou-se na Pensão Schray, ao lado do Catete. Segundo ele, “o meu amigo J. J. Seabra, que morava na Rua Andrade Pertence, passava aí todas as noites, depois do jantar para convidar-me a um passeio a pé, de digestão”.³³ Em meio às conversas de um íntimo passeio, Seabra

jornais avulsos. Casa da Memória Afrânio Peixoto, Lençóis, Bahia. *Nota Literária*, assinada por L. F. Não é possível saber o nome do jornal. A data foi anotada a caneta pelo próprio Afrânio. 14 de setembro de 1911.

³⁰ MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na república velha*. Editora Perspectiva. São Paulo: 1977. p.22.

³¹ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. p. 15.

³² RIBEIRO, Leonídio. *Op. cit.*, p. 45.

³³ RIBEIRO, Leonídio. 1950. *Op. cit.*, p. 35.

confidenciou a Afrânio Peixoto que, assim que assumisse o Ministério, ofereceria o cargo de diretor-geral de Saúde Pública do Distrito Federal ao médico Oswaldo Cruz e gostaria de saber se ele aceitaria o cargo de secretário deste diretor. Certamente que, para um recém-chegado, tal nomeação era um grande mérito, deixando Peixoto lisonjeado. Oswaldo Cruz era um nome de crescente destaque no momento, por sua intensa dedicação à saúde pública e à medicina. Ficou então acordado entre os dois, durante aquele passeio, que assim seria.

Na autobiografia, Peixoto escreveu: “Dias depois, num domingo, ao abrir o *Jornal do Comércio*, leio, sem querer crer nos meus olhos, a seguinte vária: Foi nomeado diretor geral da Saúde Pública o Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz. Foi nomeado secretário da Diretoria Geral de Saúde Pública o Dr. Júlio Afrânio Peixoto. Não dei pulos de alegria porque não são de minha natureza”.³⁴ Tal alegria durou pouco, visto que “momentos depois, quando ainda não tinha voltado de meu desalinho da manhã”, entrou pela porta o secretário de Seabra, alegando que fora procurado pelo Dr. Oswaldo Cruz e que este não poderia aceitar a nomeação do tal secretário indicado por Seabra. O motivo justificado por Cruz era o de que já estava comprometido com um amigo para tal cargo. Certamente a frustração foi grande. Diante do constrangimento de Seabra e da insistência para que Oswaldo Cruz aceitasse Afrânio Peixoto, este escreveu: “A noitinha fui até à Saúde, esperar o Ministro para dizer-lhe: – Não me fizesse, pelo amor de Deus, o agravo de me impor a quem não me queria...”³⁵

Logo após o incidente e já na direção do Departamento de Saúde Pública do Distrito Federal, Oswaldo Cruz, para se desculpar, ofereceu-lhe a direção do Hospital de Jurujuba, onde se recolhiam os pestosos. Peixoto recusou. Não só recusou como anunciou que estaria saindo do seu lugar de médico da saúde pública. Diante dessa atitude inesperada e um tanto quanto passional, Seabra invocou conhecidos de Peixoto para demovê-lo da decisão. “Invocaram a Paula Guimarães, para obter de mim, pelo menos a decisão de conservar esse lugar [o de médico da saúde pública] único que tinha no Rio de Janeiro. A este amigo lembra-me que respondi à sua pergunta *ultimatum*: – Mas então, que vai Você fazer? Sem hesitar respondi: – O Acre está por povoar.”³⁶

Esse incidente marcou a chegada de Peixoto ao Rio de Janeiro. E podemos inferir que delineou parte dos embates travados pelo médico na Capital Federal. Sentindo-se “rejeitado” pelo grupo de Manguinhos, que liderava a prática da saúde pública no Brasil da Primeira República, Peixoto voltou-se para aquilo que já fazia na Bahia e que alcançara relativo sucesso. Tratava-se da medicina legal. Desde sua tese de doutoramento, que recebeu elogios de nomes consagrados na área, que o médico especializava-se na disciplina que ainda carecia de destaque entre seus pares. Pelo fato de a medicina legal apresentar um caráter que se estendia para a prática jurídica, vários empecilhos caracterizavam a área.

Logo após o incidente com Oswaldo Cruz e ter solicitado sua demissão no único emprego que possuía no Rio de Janeiro, Peixoto acolheu-se com Juliano Moreira no Hospital Nacional de Alienados. Moreira estava à frente de um projeto de reestruturação do hospital, fazendo de Peixoto o seu braço direito naquele momento. Entre 1902 e 1906, Peixoto exerceu suas atividades no hospital com grande interesse, tornando-se diretor da instituição em 1905, devido à doença de Moreira. Entre os trabalhos desenvolvidos

³⁴ RIBEIRO, Leonídio 1950. *Ibidem*. p. 36.

³⁵ RIBEIRO, Leonídio. *Id.*

³⁶ RIBEIRO, Leonídio. *Op. cit.*, 1950. p. 37.

pelo médico naquela instituição, destacou-se a publicação de um artigo, publicado em conjunto com Juliano Moreira em 1905, sobre a *Paranoia e as Síndromes Paranoides*. Foi nesse mesmo ano que os dois se empenharam na organização e publicação dos *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*.

Realizando os propósitos definidos antes de sair da Bahia, em 1906 ocorreu o tão esperado concurso da FMRJ, Peixoto concorreu com outros dois candidatos, ambos preparadores do professor Souza Lima e indicados como preferidos na sucessão. Nas *Memórias*, Afrânio Peixoto relatou que não era querido pela comissão: “Quando comecei as provas, eram todos contra mim. Era um adventício, um estranho, um poeta, contra técnicos da terra e da faculdade”,³⁷ No entanto, seu desempenho teria sido tão notável, como descreveu Leonídio Ribeiro, que se sentiram “na obrigação de reconhecer o talento do moço baiano”.³⁸

Paralelamente aos trabalhos desenvolvidos no Hospital Nacional de Alienados, Afrânio Peixoto intervinha ativamente na prática da medicina legal, formando, inclusive, a chamada Escola Nina Rodrigues, um espaço de discussão e luta pela prática da medicina legal a partir das propostas de Nina Rodrigues.

Segundo Mariza Corrêa, o empenho de Peixoto na formação desse grupo foi intenso. Para a autora, o objetivo do médico era formar um espaço tão atuante na área da medicina legal como o Instituto Oswaldo Cruz (IOC) era para a saúde pública. Corrêa analisou a atuação de Oswaldo Cruz e do seu grupo como um contraponto interessante ao do grupo de Nina Rodrigues. Utilizando-se das mesmas estratégias e táticas do grupo baiano, o Instituto Oswaldo Cruz conseguiu uma atenção muito maior, sendo seu trabalho reconhecido como legitimamente científico, enquanto a Escola Nina Rodrigues ficava à sombra. “Afrânio Peixoto parecia ressentir-se tanto da fama obtida por Manguinhos como do apoio oficial que o grupo recebia.”³⁹

Em 1903, foi solicitada a Peixoto a redação de um projeto de lei que regulamentasse a prática da perícia nos gabinetes de polícia. A tensão entre os médicos e peritos atingira um ponto que reclamava intervenção pública. Segundo Arthur Ramos, “a perícia policial, praticada no Distrito Federal, era baseada no mais grosseiro empirismo”.⁴⁰ Não havia especialização dos médicos-legais, que aprendiam na cátedra apenas a teoria. A pouca regulamentação que existia não era seguida. Essa luta, travada pelo corpo médico, encontrava resistência entre os peritos, que não aceitavam ver seus gabinetes invadidos por alunos e professores. Sem hesitar, Peixoto transformou a obra *Manual de Tanatoscopia Judiciária*, escrito em 1901, em projeto de lei, alcançando o *Regulamento do Serviço Médico Legal do Distrito Federal*. Entretanto, mesmo que comemorado como um primeiro e importantíssimo passo na reforma dos serviços, os médicos estavam céticos sobre a efetivação do regulamento. Foi o que aconteceu. “O ‘Regulamento’ tornara-se uma simples regulamentação privada de um serviço, sem eficiência e sem proveito: a lei ia ficando letra morta.”⁴¹

³⁷ RIBEIRO, Leonídio. *Ibidem*, 1950. p. 49.

³⁸ RIBEIRO, Leonídio. *Op. cit.*, 1950. p. 49.

³⁹ CORRÊA, Mariza. *Ilusões da Liberdade: A escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Fapesp, 2001. p. 344.

⁴⁰ RAMOS, Arthur. Afrânio Peixoto e a escola Nina Rodrigues. Apêndice da obra de RIBEIRO, Leonídio. *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Edições Condé, p. 295.

⁴¹ RAMOS, citado em RIBEIRO, Leonídio. *Op. cit.*, 1950. p. 296.

Parecia que os clamores do grupo não alcançavam repercussão na esfera da intervenção política. Somente quatro anos depois, a partir da Academia Nacional de Medicina e do Instituto dos Advogados, por meio de inquéritos, discussões e relatórios, foi aprovado o Decreto nº 6.440, de 30 de março de 1907, que organizou o serviço médico-legal como uma secção autônoma, diretamente subordinada ao chefe de polícia com 12 médicos legistas. Para pôr em prática esse regulamento, Afrânio Peixoto foi designado diretor dos serviços médicos periciais. Como lembra Mariza Corrêa, “em 1907 o gabinete médico-legal da polícia foi transformado, por lei, em Serviço Médico Legal e Afrânio Peixoto foi nomeado seu diretor, obtendo no âmbito da Secretaria de Segurança Pública o cargo que ainda não conseguira na Faculdade”.⁴² À frente desse serviço, as dificuldades se acentuaram, particularmente pela resistência dos peritos em abrir espaço para os estudantes. A alegação era de que a justiça demandava privacidade e práticas sigilosas. Esses argumentos impediram a entrada de alunos para aulas práticas. A indignação de Peixoto era nítida, chegando a produzir um discurso de mais de três páginas, para ser lido na ANM, que tratava exclusivamente dos empecilhos apontados pelos peritos. Entretanto, seus clamores ecoavam no vazio. A grande questão daquele grupo de médicos, naquele momento, era a descoberta de Carlos Chagas. Toda a atenção dos políticos e cientistas estava fixada no grande evento, a Doença de Chagas.

Os relatos de Carlos Chagas apontavam a incidência de uma “nova entidade mórbida” de grande ocorrência na região de Lassance, Norte de Minas Gerais, provocada por um parasita que levou o nome de *Trypanosoma cruzi*. A doença foi apresentada em uma sessão que reuniu dezenas de pessoas, tanto médicos e cientistas quanto políticos. Escolhida como emblema das endemias rurais, foi caracterizada como “doença do Brasil”, e símbolo proeminente de um “país doente”.⁴³

Carlos Chagas declarou, no dia do anúncio oficial, que se tratava de endemia que prejudicava seriamente o progresso nacional, por provocar decadência física e mental em extensas áreas do interior do Brasil. Na ocasião, o médico utilizou-se da luz elétrica que fora inaugurada na Academia, naquela noite, para mostrar imagens cinematográficas feitas em Lassance.⁴⁴ O impacto foi tal que, no dia seguinte, os mais importantes jornais da capital trouxeram estampado em seus artigos a descoberta da doença do sertão, uma doença tão mórbida que atacava tanto o físico (tornando os homens monstros) quanto mental. A ênfase do discurso, as imagens trazidas e a explicação terrível da doença causaram alvoroço. Teve-se a ideia de que todo o sertão era assolado pelo flagelo. Carlos Chagas chegou a cogitar, na ocasião, que cerca de 15% da população sertaneja estaria infectada.⁴⁵ Ministros e senadores discursaram em defesa da importantíssima pesquisa realizada pelo grupo de Manguinhos e mostraram-se interessados em ajudá-los no que fosse necessário para salvar os nacionais que pereciam nos sertões abandonados do Brasil.

Por vários meses não se falou em outra coisa.⁴⁶ Todos os olhares e holofotes estavam lançados para o grupo do IOC. Jornais, revistas científicas, discursos parlamentares enfatizavam a preocupação com

⁴² Mariza Corrêa pontua como um tipo de retaliação política, particularmente, pelos conflitos entre o médico e o grupo de Oswaldo Cruz, o fato de Afrânio Peixoto aguardar 10 anos após o concurso, para assumir o cargo de professor da FMRJ e, ainda, de lhe ser destinada a cátedra de Higiene, em detrimento de seu grande sonho que era a Medicina Legal. CORRÊA, Mariza. *Op. cit.*, 2001. p. 174.

⁴³ KROPF, Simone Petraglia. *Op. cit.*, 2009. p. 132.

⁴⁴ KROPF, Simone Petraglia. *Op. cit.*, 2009. p. 209.

⁴⁵ O que corresponderia a cerca de 4 a 5 milhões de brasileiros infectados. Carta de Afrânio Peixoto a Miguel Couto, presidente da ANM, por ocasião da contestação apresentada por Peixoto sobre a validade e ocorrência da Doença de Chagas. Publicado em 1923, no *Boletim da Academia Nacional de Medicina*, 1923, n. 21. p. 746.

⁴⁶ Para termos uma ideia mais precisa sobre a repercussão e o impacto provocado pela conferência proferida por Chagas, Simone Kropf transcreveu uma parte do que foi noticiado na imprensa do dia seguinte: “Todos os que

a doença. O sertão brasileiro estava doente, a população sertaneja degenerada, quase monstruosa. Era necessário intervir, salvar, redimir. O Instituto Oswaldo Cruz se apresentava como o arauto dessa tarefa. Os méritos de Chagas eram aplaudidos constantemente. Ao longo de toda a década de 1910, esse evento foi o que mais mobilizou a comunidade científica, a imprensa e a política pública nos debates sobre o Brasil e sobre a nacionalidade. Foi neste exato momento que Peixoto foi eleito para a ABL. Embora não fosse necessário, ele fez questão de escrever uma obra literária e almejava publicá-la com rapidez. Entre dezembro de 1910 e fevereiro de 1911 o médico escreveu e lançou seu livro.

A Esfinge e os contornos políticos e científicos do sertão na Primeira República

Na segunda parte da obra *A Esfinge*, Peixoto dedicou-se a narrar o sertão. Cercou-se de cuidados, acrescentando várias notas explicativas de que a descrição tratava daquilo que “realmente existiu e que deveras existe”, e que ele trazia guardado na memória.⁴⁷ Em nota publicada no final da obra, enfatizava que determinado personagem não era ficção, que realmente existiu. Em outra carta a Mário de Alencar, após lastimar as críticas que o indicavam como “intelectual de gabinete”, o autor justificava-se: “Há cerca de doze anos que saí do sertão. O sertão não pode ter mudado tanto que minhas memórias já não lhe façam referência.”⁴⁸ Doze anos também era o espaço de tempo que o protagonista havia ficado longe de sua terra natal. As passagens acerca de seu retorno para “fortalecer-se com os seus” apresentou uma narrativa em terceira pessoa, declarando as angústias enfrentadas por Paulo: a saudade do irmão e dos sobrinhos, o contraste entre a nostalgia de suas memórias e a realidade que encontrava, a situação de precariedade institucional do local, a frouxidão da atuação do Estado.

Podemos situar três tipos diferentes de sertão na descrição do protagonista. De um lado ele encontrou a falta de estrutura física do local. A distância dificultava a renovação, o descuido, a falta de gosto, de educação, de acuidade. O sertão não possuía as facilidades, belezas, modernidades das grandes cidades: “Paulo isolado num recanto do passadiço, abrangia com a vista o panorama da cidade, numa grande decepção. Casas pequenas e desgraciosas, arruinadas e miseráveis, sempre com a mesma decoração de fachada pintadas de cores extravagantes e irrisórias”.⁴⁹

Além do sertão caracterizado pela falta de zelo, havia aquele que estava “corrompido por ganâncias políticas, por poderes ínfimos, pela falta de instrução do povo”. Tratava-se de um sertão marcado pelo domínio das oligarquias rurais e, principalmente, pela falta do exercício pleno da justiça. Era habitado pelos mandatários, por aqueles que possuíam mais instrução, possuíam cargos, estavam atrelados à política do local. Toda a descrição enfatiza a carência de aspectos sociais e políticos. Nenhuma palavra é proferida sobre as doenças. Segundo Peixoto, nesse sertão encontrava-se:

assistiram, e era legião o auditório, à sessão da Academia Nacional de Medicina, no seu salão do Silogeu Brasileiro, não puderam reprimir a maior expressão de tristeza, reconhecendo, pelas projeções luminosas e pela fita cinematográfica que ilustraram a demonstração científica do Dr. Chagas, que há, em uma vasta zona central do Brasil, um grande flagelo, inclemente como o paludismo de certas regiões amazônicas, cruel como a febre amarela ora felizmente banida desta cidade. Aquela procissão de desgraçados, que só o cinematógrafo podia nos deixar apreciar na sua vida atual; aquele bando de infelizes, que vivem sofrendo ou nascem morrendo, são as vítimas de uma endemia, cuja causa animada Carlos Chagas desvendou”. Citado em KROPF, Simone Petraglia. *Op. cit.*, 2009. p. 209.

⁴⁷ Como é o caso do sertanejo Zé Lopes, descrito na sequência do texto.

⁴⁸ PEIXOTO, Afrânio. Cartas a Mário de Alencar, 12/09/1911. Pasta Correspondências. Museu Afrânio Peixoto, Casa da Memória Afrânio Peixoto, Lençóis, Bahia.

⁴⁹ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge* (1911). *Op. cit.*, 1962. p. 132.

(...) justiça corrompida e explorada: viúvas e órfãos deserdados por contas fictícias e hipotecas falsas: arbitrariedades, violências, crimes e a impunidade resultante das culpas não formadas, dos despronunciamentos escandalosos ou absolvição dos júris venais: rendas públicas fraudadas, administração parasitária dos apaniguados, o povo sem instrução, nem conforto, ou segurança... a assistir a tudo isto, a Lei, vigilante, pela política, pela polícia, protegendo o interesse de muitos e mantendo a covardia de todos.⁵⁰

Por fim, e para consolo do protagonista, havia o sertão construído pelos sertanejos, trabalhadores braçais, agregados das fazendas, caseiros... Um sertão formado por pessoas simples, que, em meio às precariedades, enfrentavam a vida e encontravam soluções para problemas que desafiavam os maiores doutores. “Nessa gente simples, forte, de sabedoria infinita, que não se importam com as intempéries que os cercam, mas que enfrentam sem titubear as condições e a transformam a seu modo, Paulo encontrou novo alento. A sorte quem faz é a gente”, dizia o personagem criado por Peixoto.⁵¹

Diferentemente dos relatórios de viagens produzidos por médicos e sanitaristas, como o famoso relatório de Belisário Pena e Arthur Neiva (1916), em nenhuma passagem de *A Esfinge* aparece referência às doenças sertanejas ou a dificuldades provenientes dessa instância. Pelo contrário, nas descrições sobre o sertanejo, a palavra “saudável” era sempre empregada. Em uma passagem da obra, Peixoto fez questão de enfatizar esse aspecto: “Paulo, antes de deixar que o sertanejo Zé Lopes fosse embora, questionou sobre sua família: – E ela é sadia?... e os filhos são fortes? Nunca tiveram desgostos? – Quem é que não tem?... – respondeu o matuto – Minha mulher é fraquinha, por pura teima, nunca cuida de si... É ela mesma que cria os filhos e oito não é brincado... Mas vai vivendo alegre, talvez ainda me enterre. Os meninos são uma rapaziada sacudida, bonitos e saudáveis”.⁵²

Ao descrever um sertão carente de atuação pública, da formação de instituições, de renovação democrática, Peixoto demonstrou que as diferenças entre o litoral e as terras esquecidas do Brasil não eram tão salubres como queriam fazer crer as estatísticas de Carlos Chagas. O assombro demonstrado pela intelectualidade e por políticos “não passava de exagero, característica marcante dos nossos críticos”, segundo o que pronunciou no discurso de posse na ABL. As dificuldades que existiam não requeriam uma atuação médica científica, mas política e cultural. Se, em outros espaços de debate, Afrânio defendeu a existência de um sertão esquecido e largado à própria sorte, na obra em análise, este sulco foi diminuído e, muitas vezes, ocorreu a tentativa de demonstrar que nem existia. Se alguma diferença poderia ser percebida, tratava-se unicamente do fato de que no sertão a vida era mais autêntica, menos artificial, seja nas paisagens ou nas relações humanas.

Conclusão

Ao iniciarmos este artigo propomos observar “o que estava fazendo Afrânio Peixoto quando escreveu *A Esfinge*”, portanto, cumpre, nesse momento, retomar algumas questões que possam esclarecer essas indagações.

⁵⁰ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge* (1911). *Op. cit.*, 1962. p. 144.

⁵¹ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge* (1911). *Op. cit.*, 1962. p. 135.

⁵² PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge* (1911). *Op. cit.*, 1962. p. 168. Segundo a explicação de Afrânio, publicada ao fim da obra: “Zé Lopes não é ficção. Existiu e m’o referiu Eloy de Sousa, cuja memória o conserva para a vida subjectiva que tentei dar-lhe. Zé Lopes valeria um romance ou epopeia rústica, bem simbólico do nosso sertanejo, o verdadeiro brasileiro, que o “homem nôvo”, adventício do litoral, explora e detrata (...)”. PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*. *Op. cit.*, notas, p. 212.

Parece-nos que apresentar detalhadamente o sertão brasileiro como um local habitado por pessoas saudáveis e fortes – do ponto de vista da saúde e da moral – seja uma tomada de posição explícita da postura intelectual e dos conflitos políticos e científicos de Afrânio Peixoto no confronto com seus pares. O médico reconhecia e criticava duramente a carência da atuação do Estado nesses espaços territoriais e populacionais. Apresentou uma população abandonada por instituições públicas e atuações políticas. Denunciou a falta de educação, de cultura e de infraestrutura básica para o bem-estar da população. Entretanto, silenciou completamente quanto à existência de doenças e de epidemias que assolassem aquelas regiões. Esse silêncio se manteve no exato momento em que o grupo de Manguinhos se destacava no cenário midiático e político por trazer à tona nossas mazelas sertanejas. Peixoto não só silenciou como fez questão de apresentar o extremo oposto do “sertão doente”. Ele descreveu, em todos os momentos, com riquezas de detalhes e de “fontes”, que a população sertaneja era de uma saúde invejável.

Considerando o contexto da escrita e os embates enfrentados pelo intelectual naquele momento, essa postura nos parece bastante clara: tratava-se de uma tentativa de minimizar os efeitos causados pela atuação do Instituto Oswaldo Cruz no ânimo da classe dirigente.⁵³ Se, como apontou Mariza Corrêa,⁵⁴ a atuação do grupo ao qual pertencia Afrânio Peixoto tentava se construir como um contraponto ao grupo de Manguinhos, deslegitimar ou desacreditar os relatórios e o alvoroço provocado pela incidência da Doença de Chagas nos sertões parecia ser um caminho lógico.

Em discurso pronunciado na Academia Nacional de Medicina, em 1912, Peixoto ironizou: “o sertão sempre esteve aí. Já não era sem tempo para a medicina descobri-lo”.⁵⁵ Alertou que o Brasil era rico em “sertão” e que este sertão havia sobrevivido aos 400 anos sem a medicina. Em outra obra, referiu-se especificamente às expedições do Instituto Oswaldo Cruz realizadas em função da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Peixoto alerta para o caráter vago das afirmações, das descrições e, principalmente, da coleta de dados e estatísticas fidedignas do número de doentes, das possíveis causas e da descrição e incidência das doenças sertanejas. Segundo Peixoto, um relatório servia para desmentir o

⁵³ Estes enfrentamentos eram de diversos matizes e produziam resultados práticos na arena científica. Flávio Edler, em um interessante artigo, demonstra outra perspectiva das animosidades entre Afrânio Peixoto e o Instituto Oswaldo Cruz, particularmente, a partir da figura de Carlos Chagas. Trata-se do embate entre Peixoto e Chagas diante da possibilidade da criação da cadeira de Medicina Tropical na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Para Edler, o que estava em jogo na disputa eram as perspectivas das especializações na arena científica. Afrânio se caracterizaria, segundo a perspectiva de Carlos Chagas, como um intelectual de gabinete, um bacharelesco, um literário em contraponto aos propósitos científicos que o Instituto Oswaldo Cruz propunha, que estavam centrados na prática da clínica, dos experimentos, da pesquisa prática. Segundo Edler, para além das discussões sobre a existência ou não de doenças climáticas (que ambos negavam) o confronto era pela especialização do conhecimento, por saberes e por posições metodológicas no campo da ciência. O que Carlos Chagas reivindicava, portanto, era a demarcação de novas fronteiras disciplinares, que proporcionassem novas dimensões epistemológicas, metodológicas e identitárias para a prática da ciência que estava propondo, que se estabelecia no contraponto daquilo que Afrânio Peixoto almejava, a partir da defesa da sua cadeira de Higiene. Para o médico higienista, não haveria doenças tropicais, mas doenças evitáveis, curáveis por meio da higiene. Por outro lado, Carlos Chagas defendia que ao lado das doenças cosmopolitas haveria doenças cujos processos etiológicos e patogênicos estavam subordinados a fatores climáticos. Tanto Carlos Chagas quanto Afrânio Peixoto “reivindicavam a motivação patriótica para defender projetos institucionais opostos”. (352). Seja no embate para a criação ou não da cadeira de Medicina Tropical, seja na busca pela deslegitimação dos relatórios elaborados por Carlos Chagas acerca da realidade sertaneja, o certo é que o campo médico científico daquele contexto estava sendo definido a partir destes conflitos. Todos os textos eram formas de intervenção naqueles contextos e tinham por intenções, gerar ações. EDLER, Flávio. Coelho. “Medicina Tropical: uma ciência entre a nação e o império”. In: Alda Heizer e Antônio A. P. Videira (Org.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008. p. 339-356.

⁵⁴ CORRÊA, Mariza. *Op. cit.*, 2001. p. 341.

⁵⁵ PEIXOTO, Afrânio. “Discurso de posse pronunciado na Academia Brasileira de Letras em 15 de agosto de 1911”. In: _____. *Poeira da Estrada. Ensaios de crítica e de história*. W. M. Jackson INC. Editores. Rio de Janeiro. 1918.

outro “Prestemos atenção que o Segundo Relatório Oswaldo Cruz (*Relatório sobre as condições médico sanitárias do Valle do Amazonas - 1913*) parece ter timbrado em desmentir o primeiro (*Condições sanitárias do Rio Madeira – 1910*). Em qual dos dois acreditar? São do mesmo DR. OSWALDO GONÇALVES CRUZ”.⁵⁶ (Grifo do autor)

Por fim, o sertão que vemos despontar na obra literária de Afrânio Peixoto não era apenas uma imagem romântica do que ele esperava que o sertão fosse, mas uma nítida postura diante das brigas e dos confrontos de que ele estava tomando parte. Muito além de uma visão romantizada do sertão, como vários críticos literários definiram a literatura de Peixoto, a perspectiva de análise a partir dos atos de fala, da reconstrução do contexto e do diálogo com os interlocutores proporcionou observar os embates por outro viés. “O que ele estava a fazer” com a escrita da obra era uma interferência política nos conflitos do seu tempo. Tratava-se, claramente, de dialogar com os membros do Instituto Oswaldo Cruz e de provocá-los naquilo que mais defendiam: a necessidade urgente da atuação dos médicos na reconfiguração do sertão e na construção da nação.

A projeção conferida à enfermidade de Chagas tinha por propósito maximizar a visibilidade política da intervenção do Instituto Oswaldo Cruz, conferindo àquele grupo legitimidade e reconhecimento como arautos dos interesses da sociedade brasileira, “arregimentando a chancela dos ‘luminares’ da medicina nacional”,⁵⁷ de cujo espaço Afrânio Peixoto fora excluído. Várias análises de críticos literários apontaram a vertente romântica do médico, enfatizando que sua perspectiva idealizada e idílica do sertão era fruto da nostalgia produzida por suas saudades. O que conseguimos observar, a partir da reconstrução do contexto de elaboração da obra e situando o autor no diálogo estabelecido com seu ambiente político e intelectual, tal como orientou Quentin Skinner, foi que ao escrever *A Esginge* o médico estava tomando partido diante dos conflitos de seu tempo e estabelecendo seus diálogos, seus confrontos, esperando que suas falas tivessem efeitos práticos no campo político no qual ele se movia.

Eucléia Gonçalves Santos: Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná. Realiza pesquisa sobre a obra literária do médico, intelectual e político Afrânio Peixoto (1876-1947). Dedicase à pesquisa em história da ciência e história intelectual. cursou mestrado na mesma instituição. Faz parte dos grupos de pesquisa Espaço e Sociabilidades e História, Ciência e Literatura.

⁵⁶ Embora Afrânio Peixoto tenha se servido dos relatórios dos médicos Oswaldo Cruz e Carlos Chagas para traçar o seu quadro acerca das condições sanitárias do Amazonas e, em grande medida, concorde com as suas descrições, para este debate é interessante pontuar que os conflitos, as discordâncias e críticas estão presentes o tempo todo. PEIXOTO, Afrânio. *O problema sanitário da Amazônia*, separata dos anais da faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Ano I, 1917. p. 10-11.

⁵⁷ KROPF, Simone Petraglia. *Op. cit.*, 2009.